



**Demonstrações Financeiras preparadas
de Acordo com Práticas Contábeis
Adotadas no Brasil - Aplicáveis às
Instituições Financeiras**

**Conglomerado Financeiro
Original.**

31 de Dezembro de 2015

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	3
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Descrição das Principais Práticas de Combinação	10
Nota 4 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 5 . Disponibilidades	13
Nota 6 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13
Nota 7 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	13
Nota 8 . Relações Interfinanceiras	17
Nota 9 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Nota 10 . Outros Créditos	19
Nota 11 . Outros Valores e Bens	21
Nota 12 . Participações em Coligadas e Controladas	22
Nota 13 . Imobilizado de Uso	22
Nota 14 . Intangível	22
Nota 15 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	22
Nota 16 . Obrigações por Empréstimos	23
Nota 17 . Outras Obrigações	24
Nota 18 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	24
Nota 19 . Patrimônio Líquido	25
Nota 20 . Limites Operacionais	26
Nota 21 . Partes Relacionadas	26
Nota 22 . Receitas de Prestação de Serviços	27
Nota 23 . Despesas de Pessoal	27
Nota 24 . Outras Despesas Administrativas	28
Nota 25 . Despesas Tributárias	28
Nota 26 . Outras Receitas Operacionais	28
Nota 27 . Outras Despesas Operacionais	28
Nota 28 . Resultado não Operacional	28
Nota 29 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	29
Nota 30 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	29
Nota 31 . Outras Informações	30
Relatório do Comitê de Auditoria	31

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2013, o conglomerado passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o conglomerado encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento, além do redirecionamento do segmento do Agronegócio com a ampliação de sua atuação original na pecuária para agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados. Estes esforços apresentaram resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas e produtores rurais convertidos em clientes.

Em 2015, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado nestes importantes nichos do mercado brasileiro.

● Projeto Digital

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de alta renda, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento.

A partir desses princípios, iniciamos, em 2013, e de forma mais acelerada no final de 2014, pesados investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para a construção de um banco digital completo, que utilizará o que há de mais atual na tecnologia global.

Para tanto, o conglomerado apresentou em 28/07/2014 referente ao ano base 2013 as informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) relacionadas às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei n.º 11.196 de 2005 (Lei do Bem).

Em 11/06/2015 o MCTI comunicou ao Conglomerado que as exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas, o que o habilita a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei. O benefício de imposto de renda e contribuição social gerado pelo conglomerado foi de R\$ 771.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2015, conglomerado apresentou lucro no exercício de R\$ 110.580, contra um lucro de R\$ 73.189 apresentado no exercício de 2014.

Este crescimento expressivo no resultado é decorrente da expansão dos negócios corporate e agronegócio, através da ampliação da oferta de produtos e serviços consolidando a fidelização de nossos clientes.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 6.666.084 (31/12/2014 - R\$ 4.620.843) e é representado principalmente por:

Descrição	2015	2014
Aplicações Interfinanceiras	592.420	247.868
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	831.342	1.384.344
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	4.255.482	2.523.709

Em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.682/99, a carteira de crédito e carteira com característica de operação de crédito, ao término do exercício, atingiram R\$ 4.255.482; o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 139.237, correspondente a 3,26% da carteira total; em dezembro de 2014, correspondiam a R\$ 2.523.709 e R\$ 67.801, respectivamente.

O crescimento de 68% da carteira de operações de crédito decorre da expansão dos segmentos corporate e agronegócio e da aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de clientes e produtos de menor risco como demonstrados pelos indicadores a seguir:

- 69% da carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA e A;
- 95% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal

Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, em função do expressivo crescimento da carteira de crédito, a Administração, de forma conservadora, optou por antecipar a possível piora do cenário econômico brasileiro realizando um aumento para as provisões de crédito resultando em:

- Aumento na despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 26.711 em 31/12/14 para R\$ 93.693 em 31/12/2015;
- Um índice de Cobertura de 152%, ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem uma vez e meia a Carteira com atraso superior a 90 dias;

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 2.174.194 (31/12/2014 - R\$ 2.083.150), composto da seguinte maneira:

Descrição	2015	2014
Capital Social	2.239.123	2.207.465
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(11.265)	(8.179)
Reservas de Lucros	1.600	1.736
Prejuízos Acumulados	(55.264)	(117.872)

● Expansão dos Negócios

Em agosto de 2015 O Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação do Banco Original S.A. no capital social da Miralta Serviços S.A, empresa de arranjo de pagamentos que controla a carteira virtual de smartphone PicPay.

Em 25 de novembro de 2015 a autoridade monetária da Ilha de Cayman autorizou a abertura da agência no exterior do Banco Original S.A .

Em 04.01.16 a Comissão de Valores Mobiliários autorizou o Banco Original S.A a prestar os serviços de custódia de valores mobiliários.

Todas aprovações acima proporcionam a ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado.

Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda teve sua denominação social alterada para Origin! App Ltda e passou a prestar serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, serviços de teleatendimento e serviços de contatos telefônicos relacionados aos serviços ofertados e desenvolvimento de programas de computador relacionados a produtos e serviços oferecidos por terceiros no mercado virtual.

● Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado. A tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Internacional (IDR – moeda local e estrangeira)	
Moody's (1)	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's (1)	brA-3	brBBB	-	-
Fitch Ratings (2)	F2 (bra)	BBB+(bra)	B	B+

(1) Junho/2015

(2) Dezembro/2015

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN, relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades do conglomerado. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2015, foram abertas 60 demandas (31/12/2014 - 92), sendo 56 relativas a Consignados, 2 referente a Pessoa Física e 1 referente a Pessoa Jurídica e 1 referente a cliente do Agronegócio; as demandas foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

● Pessoas

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento do conglomerado e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de Janeiro de 2016.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e Acionistas do
Conglomerado Financeiro Original
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Original em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 28 de janeiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2015	2014
Ativo Circulante		4.865.359	3.870.586
Disponibilidades	5	37.742	28.950
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	587.541	243.559
Aplicações no Mercado Aberto		587.541	205.649
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	37.910
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	617.495	1.201.529
Carteira Própria		532.339	1.109.217
Vinculados a Compromissos de Recompra		-	21.288
Vinculados à Prestação de Garantias		23.521	24.765
Instrumentos Financeiros Derivativos		61.635	46.259
Relações Interfinanceiras	8	709	778
Créditos Vinculados:		694	606
Depósitos no Banco Central		694	606
Correspondentes		15	172
Relações Interdependências	15.d	2.528	558
Transferências Internas de Recursos		2.528	558
Operações de Crédito	9	2.075.433	1.834.168
Setor Privado		2.176.244	1.883.282
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(100.811)	(49.114)
Outros Créditos		1.511.290	552.178
Carteira de Câmbio	10.a	59.299	98.397
Rendas a Receber		715	652
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	46.503	12.332
Créditos Tributários	10.b.1	50.415	45.328
Direitos Creditórios	10.e	1.323.524	367.238
Diversos	10.d	41.455	32.507
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(10.621)	(4.276)
Outros Valores e Bens		32.621	8.866
Despesas Antecipadas	11	32.621	8.866
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.174.603	555.792
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	4.879	4.309
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.879	4.309
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	213.847	182.815
Carteira Própria		154.712	32.487
Vinculados à Prestação de Garantias		57.320	149.994
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.815	334
Operações de Crédito	9	674.252	169.777
Setor Privado		702.057	184.188
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(27.805)	(14.411)
Outros Créditos		201.083	140.263
Créditos Tributários	10.b.1	190.013	130.377
Diversos	10.d	11.070	9.886
Outros Valores e Bens	11	80.542	58.628
Outros Valores e Bens		99.441	74.116
(Provisão para Desvalorização)		(18.899)	(15.488)
Permanente		626.122	194.465
Investimentos		66.040	2.760
Participações em Coligadas e Controladas:		65.645	2.295
No País	12	65.645	2.295
Outros Investimentos		395	465
Imobilizado de Uso	13	106.382	44.257
Outras Imobilizações de Uso		121.575	57.148
(Depreciações Acumuladas)		(15.193)	(12.891)
Ativos Intangíveis	14	453.700	147.448
Ativos Intangíveis		453.700	147.448
Total do Ativo		6.666.084	4.620.843

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2015	2014
Passivo Circulante		3.178.259	2.130.165
Depósitos	15.a	845.101	409.108
Depósitos à Vista		69.907	33.097
Depósitos Interfinanceiros		2.034	35.433
Depósitos a Prazo		773.160	340.578
Captações no Mercado Aberto	15.b	-	17.805
Carteira Própria		-	17.805
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	1.554.994	791.071
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.554.994	791.071
Relações Interfinanceiras		3	-
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		3	-
Relações Interdependências		2.867	1.465
Recursos em Trânsito de Terceiros		294	921
Transferências Internas de Recursos		2.573	544
Obrigações por Empréstimos	16.a	447.875	563.010
Empréstimos no Exterior		447.875	563.010
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	65.717	59.232
Outras Instituições		65.717	59.232
Instrumentos Financeiros Derivativos		40.022	18.285
Instrumentos Financeiros Derivativos		40.022	18.285
Outras Obrigações		221.680	270.189
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		52	25
Carteira de Câmbio	10.a	1.644	804
Sociais e Estatutárias		10.000	11.020
Fiscais e Previdenciárias	17.a	61.168	48.162
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	25.966	13.668
Diversas	17.b	122.850	196.510
Passivo Exigível a Longo Prazo		1.310.709	405.161
Depósitos	15.a	632.903	264.656
Depósitos a Prazo		632.903	264.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	616.814	84.308
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		616.814	84.308
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	5.098	3.903
Outras Instituições		5.098	3.903
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.421	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.421	-
Outras Obrigações		54.473	52.294
Diversas	17.b	54.473	52.294
Resultados de Exercícios Futuros		2.922	2.367
Rendas Antecipadas		2.922	2.367
Patrimônio Líquido		2.174.194	2.083.150
Capital Social:		2.239.123	2.207.465
De Domiciliados no País	19.a	2.239.123	2.207.465
Reservas de Lucros	19.c.1	1.600	1.736
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	(11.265)	(8.179)
Prejuízos Acumulados		(55.264)	(117.872)
Total do Passivo		6.666.084	4.620.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas da Intermediação Financeira		558.692	1.013.000	477.874
Operações de Crédito	9.g	493.470	810.464	354.242
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	91.167	216.185	142.511
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	(54.583)	(53.445)	(28.429)
Resultado de Operações com Câmbio	10.a.1	28.638	39.796	9.551
Despesas da Intermediação Financeira		(420.765)	(685.250)	(199.331)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(236.437)	(361.733)	(115.285)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.f	(144.885)	(229.824)	(57.335)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(39.443)	(93.693)	(26.711)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		137.927	327.750	278.543
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(114.402)	(208.500)	(160.449)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	22	16.471	34.741	17.006
Despesas de Pessoal	23	(65.951)	(115.124)	(90.769)
Outras Despesas Administrativas	24	(55.893)	(101.973)	(66.224)
Despesas Tributárias	25	(13.660)	(27.894)	(18.102)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	924	2.068	(635)
Outras Receitas Operacionais	26	6.085	9.656	8.683
Outras Despesas Operacionais	27	(2.378)	(9.974)	(10.408)
Resultado Operacional		23.525	119.250	118.094
Resultado não Operacional	28	554	651	354
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		24.079	119.901	118.448
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	47.879	32.178	(25.026)
Provisão para Imposto de Renda		(12.152)	(22.067)	(10.948)
Provisão para Contribuição Social		(9.632)	(15.763)	(5.800)
Ativo Fiscal Diferido		69.663	70.008	(8.278)
Participações no Lucro		(17.052)	(41.499)	(20.232)
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		54.906	110.580	73.189
Juros Sobre Capital Próprio		(43.000)	(43.000)	(41.351)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.169.413	12.559	2.302	504	(147.932)	2.036.846
Homologação do Bacen s/ Aumento de Capital Social		14.903	(12.559)	-	-	(2.344)	-
Aumento de Capital em andamento		-	23.149	-	-	-	23.149
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(8.683)	-	(8.683)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	73.189	73.189
Destinações		-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal		-	-	123	-	(123)	-
Absorção de Reserva Legal		-	-	(689)	-	689	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(41.351)	(41.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.184.316	23.149	1.736	(8.179)	(117.874)	2.083.150
Mutações do Período		14.903	10.590	(566)	(8.683)	30.060	46.304
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.184.316	23.149	1.736	(8.179)	(117.874)	2.083.150
Homologação do Bacen s/ Aumento de Capital Social		23.149	(23.149)	-	-	-	-
Aumento de Capital	19.a	-	26.550	-	-	-	26.550
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	-	(3.086)	-	(3.086)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	110.580	110.580
Destinações		-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	19.c	-	-	269	-	(269)	-
Absorção de Reserva Legal	19.c	-	-	(405)	-	405	-
Juros sobre o Capital Próprio	19.d	-	-	-	-	(43.000)	(43.000)
Aumento de Capital	19.a	-	5.108	-	-	(5.108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.207.465	31.658	1.600	(11.265)	(55.266)	2.174.194
Mutações do Período		23.149	8.509	(136)	(3.086)	62.608	91.044
Saldos em 30 de junho de 2015		2.207.465	-	1.331	(8.612)	(61.793)	2.138.391
Aumento de Capital		-	26.550	-	-	-	26.550
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(2.653)	-	(2.653)
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	54.906	54.906
Destinações		-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal		-	-	269	-	(269)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(43.000)	(43.000)
Aumento de Capital		-	5.108	-	-	(5.108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.207.465	31.658	1.600	(11.265)	(55.264)	2.174.194
Mutações do Semestre		-	31.658	269	(2.653)	6.529	35.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	2015	2014
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/ Exercício		54.906	110.580	73.189
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício:		74.439	94.050	98.111
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	39.444	93.694	26.711
Carteira de crédito		33.243	87.360	22.435
Outros Créditos		6.206	6.345	4.276
Cessão de créditos		(5)	(11)	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(924)	(2.068)	635
Depreciações e Amortizações	24	1.186	2.308	2.205
Ajuste a Valor de Mercado		89.169	22.838	7.472
Tributos Diferidos		(69.663)	(70.008)	8.279
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	27	(5.333)	2.279	5.781
Provisão de Participações no Lucro		17.052	41.499	20.232
Provisão para Desvalorização BNDU	24	3.508	3.508	-
Prejuízo na alienação de investimento		-	-	86
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/ Exercício		129.345	204.630	171.300
Variações em Ativos e Passivos				
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		7.886	7.631	234.143
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		606.199	612.647	(571.066)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(449)	(496)	(19.481)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(403.553)	(811.152)	(950.376)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(899.826)	(1.019.032)	(425.109)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(23.919)	(25.325)	(42.441)
Aumento (Redução) em Depósitos		488.676	804.240	152.522
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(234.901)	(17.805)	(61.024)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		759.020	1.296.429	641.129
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(116.792)	(107.455)	600.293
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(44.018)	(114.008)	76.975
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		555	555	1.417
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		268.223	830.859	(191.717)
Atividades de Investimento				
Aumento de Investimentos		(9.580)	(61.214)	(2.837)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(21.943)	(62.125)	(37.656)
Aplicações no Intangível		(156.520)	(306.253)	(127.368)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(188.043)	(429.592)	(167.861)
Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital		31.658	31.658	23.150
Juros sobre o Capital Próprio		(43.000)	(43.000)	(24.301)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(11.342)	(11.342)	(1.151)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		68.838	389.925	(360.729)
Modificações na Posição Financeira:		68.838	389.925	(360.729)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		556.445	235.358	596.087
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	625.283	625.283	235.358
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		68.838	389.925	(360.729)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), especificamente as normas do Conglomerado Financeiro, e do Bacen e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações combinadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 28 de janeiro de 2016 e serão divulgadas no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro.

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 31 de dezembro de 2015 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que ambos não possuem participação um no outro e são controlados pela J&F Participações Ltda. (J&F).

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações combinadas antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	Banco Original S.A.		Banco Original do Agronegócio S.A.	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Total do Ativo	6.561.170	4.451.279	187.333	263.522
Total do Passivo	4.498.700	2.473.894	76.899	157.757
Total do Patrimônio Líquido	2.062.470	1.977.385	110.434	105.765
Total Lucros (prejuízos) Líquidos do Exercício	105.608	69.061	4.972	4.129

Nos procedimentos de combinação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Conglomerado opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Títulos Patrimoniais

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

j.2) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.3) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.4) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida econômica estimada, que não ultrapassará dez anos. A amortização do projeto não foi iniciada até dezembro de 2015. A expectativa de início da amortização é a partir de 2016.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Nos exercícios de 2015 e 2014 foram realizados testes e a instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo seus impactos no resultado.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 21.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2015 e 2014 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota 19.d.

t) Avals e Fianças

Os avals e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos revistos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avals e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

As operações de avals e fianças prestadas e honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Disponibilidades

Composição	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	37.742	28.950
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	587.541	206.408
Total	625.283	235.358

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015	31/12/2014
				Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	587.541	-	-	587.541	205.649
Posição Bancada	504.302	-	-	504.302	205.649
Letras do Tesouro Nacional - LTN	385.000	-	-	385.000	205.649
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	119.302	-	-	119.302	-
Posição Financiada	83.239	-	-	83.239	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	83.239	-	-	83.239	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	4.879	4.879	42.219
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	4.879	4.879	39.470
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	-	-	266
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	-	-	2.222
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	-	-	261
Total	587.541	-	4.879	592.420	247.868
Circulante	-	-	-	587.541	243.559
Longo Prazo	-	-	-	4.879	4.309

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	31/12/2015	31/12/2014
	Valor de Curva	Valor Contábil
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.582	9.368
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	35.395	-
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas	33.250	60.878
Total	79.227	70.246

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2015	31/12/2014
	Valor de Curva	Valor Contábil
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	76.455	415.485
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	49.111	165.641
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	125.846	80.091
Aplic. em TVM no Exterior ⁽¹⁾	332.283	406.959
Títulos Privados		
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.015	3.282
Total	586.710	1.071.458
Vinculados a compromissos de recompra		
Títulos Públicos		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	21.288
Total	-	21.288
Vinculados a prestação de garantias		
Títulos Públicos		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	55.896	110.592
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	24.750
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	30.635	39.417
Total	86.531	174.759

(1) Os títulos no exterior encontram-se custodiados na EuroClear.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015	31/12/2014
					Total	Total
Títulos para Negociação						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	10.611	10.611	9.368
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	35.108	35.108	-
Total Títulos Públicos	-	-	-	45.719	45.719	9.368
Títulos Privados						
Ações de Companhias Abertas	67.130	-	-	-	67.130	60.878
Total Títulos Privados	67.130	-	-	-	67.130	60.878
Total Títulos para Negociação	67.130	-	-	45.719	112.849	70.246

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015	31/12/2014
					Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	62.467	-	12.637	75.104	415.485
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	42.216	42.216	165.641
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	71.054	54.140	125.194	80.090
Aplicação em TVM no exterior	-	328.650	-	-	328.650	406.959
Total Títulos Públicos	-	391.117	71.054	108.993	571.164	1.068.175
Títulos Privados						
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	3.038	3.038	3.283
Total Títulos Privados	-	-	-	3.038	3.038	3.283
Total Títulos Disponíveis para Venda	-	391.117	71.054	112.031	574.202	1.071.458

Desmembramento						
Circulante					532.339	1.109.217
Longo Prazo					154.712	32.487

Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	21.288
Total	-	-	-	-	-	21.288
Circulante						21.288
Longo Prazo						-

Vinculados a prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	50.550	50.550	110.591
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	-	24.751
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	23.521	6.769	30.291	39.417
Total	-	-	23.521	57.319	80.841	174.759
Circulante					23.521	24.765
Longo Prazo					57.320	149.994

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.166	86.194	82.602
Rendas de Títulos de Renda Fixa	44.083	80.182	45.094
Rendas de Títulos de Renda Variável	(21.750)	7.207	8.208
Resultado de Títulos no Exterior	22.668	42.602	6.607
Total	91.167	216.185	142.511

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, tais como taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "Var" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira Trading - dez/2015		Value at Risk		dez/14
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	834	1.274	164
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	2	-	1
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	2.734	2.178	848
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.025	10.432	14.210
Exposição com Correlação		15.006	10.623	15.030

Carteira Banking - dez/2015		Teste de Estresse		dez/14
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		28.433	56.661	18.160

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	63.238	42.911	3.190.629	15.654	14.093	1.272.521
Commodities						-
Pré-fixado	27.446	2.115	2.536.589	14.118	12.489	305.534
Dólar	35.792	40.796	654.040	1.427	1.494	958.599
Real	-	-	-	109	109	8.388
Passivo	(13.907)	(33.650)	(3.190.629)	(13.771)	(8.316)	(1.272.521)
Commodities						
Pré-fixado	(11.781)	(6.293)	(654.040)	(173)	(532)	(305.534)
Dólar	(2.126)	(27.357)	(2.536.589)	(13.566)	(7.753)	(958.599)
Real	-	-	-	(32)	(32)	(8.388)
Diferencial Líquido	49.331	9.261	-	1.883	5.777	-
Swap						
Posição Ativa	16.606	20.539	473.381	47.072	31.921	597.314
Pré-fixado	38	-	41.702	46.605	31.410	431.231
Dólar	16.373	20.016	335.878	113	158	158.997
CDI	132	452	94.973	354	353	7.086
IPCA ⁽¹⁾	63	71	828	-	-	-
Passivo	(5.478)	(7.793)	(473.381)	(11.051)	(9.969)	(597.314)
Pré-fixado	-	-	(327.938)	-	-	(431.231)
Dólar	(5.212)	(6.322)	(93.196)	(11.051)	(9.969)	(158.997)
CDI	(266)	(1.471)	(52.247)	-	-	(7.086)
Diferencial Líquido	11.128	12.745	-	36.021	21.952	-
Opcões						
Posição Ativa	-	-	-	762	579	(12.500)
Dólar	-	-	-	762	579	(12.500)
Diferencial Líquido	-	-	-	762	579	(12.500)

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	31/12/2015			31/12/2014	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	49.331	(40.070)	9.261	3.190.629	3.893
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	11.128	1.617	12.745	828	(14.068)
Operações de Opcões a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(183)
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	11.598.382	-
Total	60.459	(38.453)	22.006	14.789.839	(10.358)

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2015			31/12/2014	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(19.147)	26.978	1.430	9.261	5.777
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(5.433)	19.215	(1.036)	12.746	21.952
Operações de Opcões a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	579
Total	(24.580)	46.193	394	22.007	28.308

	31/12/2015			31/12/2014	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores Referenciais dos Futuros*					
Commodities					
DDI	379.222	1.182.796	70.803	1.632.821	612.254
DI	860.404	6.392.724	316.473	7.569.601	1.384.500
Dólar	2.395.960	-	-	2.395.960	560.590
BGI	-	-	-	-	5.166
Euro	-	-	-	-	806
Total	3.635.586	7.575.520	387.276	11.598.382	2.563.316

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 20.537 ativos (31/12/2014 - R\$ 1.336), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 80.841 (31/12/2014 - R\$ 174.759) este representado por LTN R\$ 50.550 e NTN-B R\$ 30.291.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre			01/01 a 31/12/2015		01/01 a 31/12/2014	
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	228.291	(595.217)	(366.926)	441.122	(1.317.005)	(875.883)	(103.816)
"Swap"	113.419	(33.480)	79.939	181.159	(57.721)	123.438	37.384
Opções	175	(971)	(796)	-	(2.206)	(2.206)	454
DI	19.004	(616)	18.388	27.712	(5.964)	21.748	(39.089)
DDI	28.115	(123.447)	(95.332)	121.415	(147.272)	(25.857)	56.017
BGI	129	(1)	128	181	(147)	34	322
Moedas	419.486	(94.439)	325.047	1.002.718	(281.935)	720.783	21.182
Dólar	-	(15.031)	(15.031)	-	(15.502)	(15.502)	(599)
S&P	-	-	-	-	-	-	(284)
Total	808.619	(863.202)	(54.583)	1.774.307	(1.827.752)	(53.445)	(28.429)

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 706 (31/12/2014 - R\$ 778) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e Títulos Descontados	1.472.900	1.050.932
Adiantamentos a Depositantes	90	9
Empréstimos	1.472.810	1.050.923
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	403.393	385.824
Capital de Giro	915.239	562.589
Conta Corrente Garantida	144.267	77.699
Empréstimo Consignado	8.852	24.421
Cheque Especial	688	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	108	389
Empréstimo rotativo	247	1
Outros empréstimos	16	-
Títulos Descontados	71.432	91
Financiamentos	1.145.772	742.624
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI ⁽²⁾	1.069	3.200
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽³⁾	1.144.703	739.424
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	66.708	63.006
Financiamentos Imobiliários	119.398	107.955
Operações de crédito vinculadas a cessão (Nota 9.f)	2.091	102.862
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 10.a)	52.457	88.996
Direitos Creditórios (Nota 10.d)	1.323.524	367.243
Outros créditos	1.200	-
Sub-Total	4.255.482	2.523.709
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(128.616)	(63.525)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9. e.1)	(10.621)	(4.276)
Total	4.116.245	2.455.908
Circulante	3.441.992	1.920.680
Longo Prazo	674.253	535.228

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			31/12/2015		31/12/2014	
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total	Total	
Setor Privado							
Rural	72.360	1.003.823	316.943	1.393.126	1.147.670		
Indústria	20.684	541.219	191.277	753.181	601.972		
Outros Serviços	16.321	1.811.271	187.571	2.015.163	774.062		
Pessoas Físicas	1.038	12.000	6.266	19.303	5		
Financeiro	-	74.709	-	74.709	-		
Total	110.403	3.443.022	702.057	4.255.482	2.523.709		

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	31/12/2015				31/12/2014	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	836.966	20%	6.486	5%	547.745	22%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.257.252	30%	73.913	53%	897.731	36%
100 Maiores Devedores Seguintes	753.200	17%	8.661	6%	520.912	21%
Demais Devedores Seguintes	1.408.064	33%	50.177	36%	557.321	22%
Total	4.255.482	100%	139.237	100%	2.523.709	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2015. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2015	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Requerida	
AA	-	436.131	-	436.131	-	-
A	0,5%	2.362.465	-	2.362.465	11.812	
B	1%	945.151	17.525	962.676	9.627	
C	3%	228.286	12.587	240.873	7.226	
D	10%	34.114	73.660	107.774	10.777	
E	30%	44.994	12.541	57.535	17.261	
F	50%	2.480	4.867	7.347	3.674	
G	70%	33	6.039	6.072	4.250	
H	100%	5.032	69.577	74.609	74.609	
Total		4.058.686	196.796	4.255.482	139.236	

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2014	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Requerida	
AA	-	63.908	-	63.908	-	-
A	0,5%	1.003.954	-	1.003.954	5.020	
B	1%	1.077.430	8.781	1.086.210	10.862	
C	3%	257.516	10.650	268.166	8.045	
D	10%	25.143	15.477	40.620	4.062	
E	30%	25	14.173	14.198	4.259	
F	50%	5.359	7.146	12.505	6.252	
G	70%	731	15.431	16.162	11.313	
H	100%	5.402	12.585	17.987	17.987	
Total		2.378.366	145.342	2.523.709	67.801	

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	63.525	68.999
Constituição Líquida de Reversão	87.360	22.525
Baixa para Prejuízo	(22.269)	(27.999)
Saldo Final	128.616	63.525
Circulante	(100.811)	(49.114)
Longo Prazo	(27.805)	(14.411)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	17.485	16.741

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	4.276	-
Constituição Líquida de Reversão	6.344	4.276
Saldo Final (Nota 9.a)	10.620	4.276

No exercício de 2015 os créditos renegociados são de R\$ 187.107 (31/12/2014 - R\$ 33.547) e a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos é de R\$ 34.287, relativos às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.2) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	11	101
Constituição Líquida de Reversão	(11)	(90)
Saldo Final ⁽¹⁾	-	11
Circulante	-	11
Longo Prazo	-	-

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação e é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas" (Nota 17).

f) Cessão de Crédito

f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão.

No exercício de 2015 não tivemos operação de venda ou de transferência de Ativos financeiros (2014 - R\$ 26.559).

	31/12/2015	31/12/2014
Total da Carteira Cedida	-	26.559
Valor da Venda	-	28.967
Lucro (Prejuízo) com Cessão de Créditos	-	2.408

Com Retenção Substancial de Risco

O Conglomerado realizou operações de Venda ou Transferência de ativos financeiros em que ocorreu a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Carteira cedida com coobrigação	2.089	102.903
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	98	2.137
Total (Nota 17.b)	2.187	105.040

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	2.091	102.862
Total (Nota 9.a)	2.091	102.862

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	28	43	10
Rendas de Empréstimos	198.078	318.435	168.568
Rendas de Títulos Descontados	12.775	23.783	6.968
Rendas de Financiamentos	276.462	462.400	169.281
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 9.e)	10.209	17.485	16.741
Resultado com Cessão de Créditos sem coobrigação (Nota 9.f.1)	-	-	2.408
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(830)	(5.653)	(3.120)
Perdas com créditos incobráveis	(3.252)	(6.029)	(7.233)
Rendas de Crédito por Avals e Fianças Honorados	-	-	619
Total	493.470	810.464	354.242

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(811)
Direitos sobre Venda de Câmbio	1.638	811
Câmbio Comprado a Liquidar	56.708	96.877
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	953	1.520
Total	59.299	98.397
Circulante	59.299	98.397
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	1.644	804
Obrigações por Compra de Câmbio	51.504	87.476
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	(51.504)	(87.476)
Total	1.644	804
Circulante	1.644	804

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 953 e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 51.504 compõe o saldo de R\$ 52.457 divulgado na nota 9.a. Em 31 de dezembro de

2014 os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.520 e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 87.476 compõe o saldo de R\$ 88.996.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	31/12/2015	31/12/2014
Rendas de câmbio	185.086	410.524	148.192
Despesas de câmbio	(156.448)	(370.728)	(138.641)
Total	28.638	39.796	9.551

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Créditos Tributários

	31/12/2015	31/12/2014
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	175.705	182.810
Constituições	140.301	35.060
Reversões	(75.578)	(42.165)
Saldo Final	240.428	175.705
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	13.652	17.774
Constituições	84.216	37.436
Reversões	(93.681)	(41.558)
Saldo Final	4.187	13.652

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo Fiscal	206.806	237.259
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	51.702	59.315
Base Negativa de Contribuição Social	210.785	241.227
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%	42.157	36.184
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	129.464	64.751
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	10.620	4.276
Provisão para Contingências Trabalhistas	20.708	23.600
Provisão para Contingências Cíveis	33.759	28.594
Provisão para Despesas Administrativas	45.392	28.176
Provisão PLR - Administradores	18.510	14.309
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	18.899	15.488
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	14.874	10.574
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(905)	(492)
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	89
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(4)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.580	-
Perdas em Operações de Crédito	22.797	18.851
Outras Diferenças Temporárias	4.626	(253)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	323.324	193.649
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	323.324	207.958
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	80.831	48.412
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	64.665	31.194
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	4.579	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	89
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	18.507	12.823
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	23.086	12.911
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	1.074	600
Total do Ativo Fiscal Diferido	240.428	175.705
Circulante	50.415	45.328
Longo Prazo	190.013	130.377

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2015	31/12/2014
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	37	18.295
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	25
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(2)	(851)
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.767	13.487
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(408)	(627)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	8.395	30.329
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	2.099	7.582
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	1.679	4.549
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	37	18.295
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	25
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.767	13.487
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	8.804	32.701
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	409	1.521
Total do Passivo Fiscal Diferido	4.187	13.652
Circulante	4.187	13.652
Longo Prazo	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2015	-	-	-	45.328	13.652	31.676
2016	50.415	4.187	46.228	18.855	-	18.855
2017	88.204	-	88.204	33.289	-	33.289
2018	85.784	-	85.784	65.242	-	65.242
2019	9.790	-	9.790	7.812	-	7.812
2020	3.956	-	3.956	5.179	-	5.179
A partir de 2021	2.279	-	2.279	-	-	-
Total	240.428	4.187	236.241	175.705	13.652	162.053

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

O impacto da elevação de alíquota de 15% para 20% gerou um efeito de R\$ 26.685 de crédito tributário.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2015, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 199.675 (2014 - R\$ 137.255).

d) Outros Créditos Diversos

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	33.686	21.000
Devedores por Depósitos em Garantia	11.070	9.886
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.858	1.808
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	2.434	2.779
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	6.778	5.299
Pagamentos a Ressarcir	-	1
Adiantamentos Salariais/Outros	5.315	725
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	1.200	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	-	835
Títulos e Créditos a Receber sem característica de concessão de crédito (Nota 9.a)	-	4
Outros	1.254	9.942
Total	52.525	42.393
Circulante	41.455	32.507
Longo Prazo	11.070	9.886

(1) Em 31 de dezembro de 2015, este montante refere-se, principalmente, ao PIS e à COFINS a compensar, oriundos da incorporação da Ficrisa Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2003, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

(2) O conglomerado possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

e) Direitos Creditórios

	31/12/2015	31/12/2014
Direitos Creditórios ⁽³⁾	1.323.524	367.238
Total	1.323.524	367.238

(3) Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 1.323.524, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas). No período de 31 de dezembro de 2014 R\$ 367.238.

11. Outros Valores e Bens

	31/12/2015	31/12/2014
Bens não de Uso - Imóveis ⁽¹⁾	99.441	74.116
(Provisão para Desvalorização)	(18.899)	(15.488)
Despesas Antecipadas	32.621	8.866
Total	113.163	67.494
Circulante	32.621	8.866
Longo Prazo	80.542	58.628

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Conglomerado, de forma conservadora, incrementou a provisão para desvalorização no montante de R\$ 3.508.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Participações em Coligadas e Controladas

	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
Investimentos			31/12/2015
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Controladas do Conglomerado			
Original App Ltda. ⁽¹⁾	Desenvolvimento/Teleatendimento/Prestação de serviços de crédito	149.985	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽²⁾	Investimento	99.999	99,99%
Original Asset Management Ltda. ⁽³⁾	Administração de Carteira/ Fundos	3.500.000	99,00%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽³⁾	Corretora de Seguros	1.000.000	99,90%
Joint -venture do Conglomerado			
Miralta Serviços S.A. ⁽⁴⁾	Intermediação	10.000	51%

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos			Resultado da Equivalência Patrimonial			
			31/12/2015	01/01 a 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	2º semestre	01/01 a 31/12/2015	
								31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Controladas do Conglomerado									
Original Promotora Ltda.	413	32	413	331	18	32	9		
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	100	-	100	100	-	-	-		
Original Asset Management Ltda.	55.025	2.153	55.019	852	1.073	2.155	(192)		
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	1.121	108	1.120	1.012	61	109	14		
Joint -venture do Conglomerado									
Miralta Serviços S.A. ⁽⁵⁾	1.593	(447)	8.993	-	(228)	(228)	-		
Coligadas do Conglomerado									
Brasil Agrosec Cia Securitizadora ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	(466)		
Total	58.252	1.846	65.645	2.295	924	2.068	(635)		

(1) Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda teve sua denominação social alterada para Original App Ltda. Adicionalmente seu objeto social foi alterado de intermediação para desenvolvimento, teleatendimento e prestação de serviços de crédito.

(2) Em fase pré operacional com capital a integralizar.

(3) Investimento adquirido em dezembro de 2014.

(4) Investimento adquirido em agosto de 2015. A diferença entre o Patrimônio Líquido da investida e o valor do investimento refere-se a ágio. Possui capital não integralizado de R\$ 3.720.

(5) Investimento alienado em 2014.

13. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2015		31/12/2014	
			Residual	Residual		
Outras Imobilizações de Uso						
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	11.809	(2.112)	9.697	3.546		
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	107.982	(11.765)	96.217	40.097		
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.232	(789)	443	559		
Outros	552	(527)	25	55		
Total	121.575	(15.193)	106.382	44.257		

(1) O aumento refere-se ao desenvolvimento do Projeto Digital.

14. Intangível

	Custo	31/12/2015		31/12/2014	
		Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	321.216	321.216	103.845		
Gastos com Consultoria Especializada	132.484	132.484	43.603		
Total	453.700	453.700	147.448		

O Conglomerado está reconhecendo um intangível referente ao Projeto Digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes. A expectativa que a amortização iniciará é a partir de ano de 2016.

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015		31/12/2014	
					Total	Total		
Depósitos à Vista	69.907	-	-	-	69.907	33.097		
Depósitos Interfinanceiros	-	2.034	-	-	2.034	35.433		
Depósitos a Prazo - CDB, DPGE e RDB	-	325.988	447.172	632.903	1.406.063	605.234		
Total	69.907	328.022	447.172	632.903	1.478.004	673.764		
Circulante					845.101	409.108		
Longo Prazo					632.903	264.656		

Em 31 de dezembro de 2015 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 165.079 (31/12/2014 - R\$ 273.178), CDB no montante de R\$ 1.139.080 (31/12/2014 - R\$ 332.054) e RDB no montante de R\$ 101.904.

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 120% do CDI, (2014 - 95% e 116,50% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 12,7 % a.a. e 19,45 % a.a. (2014 - 11,33% a.a. e 14,06% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 113% do CDI (2014 - 108% e 121% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015		01/01 a 31/12/2014	
		31/12/2015	31/12/2014		
Depósitos Interfinanceiros	(4.022)	(6.890)	(726)		
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(102.687)	(149.800)	(53.035)		
Captação no Mercado Aberto	(808)	(2.647)	(2.753)		
Despesas de Letras Financeiras	(7.219)	(9.420)	(131)		
Despesa de Letras Imobiliárias	(15.583)	(24.657)	(5.862)		
Despesas Letras de crédito do Agronegócio	(102.402)	(162.163)	(48.795)		
Despesa CDB - FINDUR	(293)	(293)	-		
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.423)	(5.863)	(3.983)		
Total	(236.437)	(361.733)	(115.285)		

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Captações no Mercado Aberto

				31/12/2015	31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	-	-	-	-	17.805
Títulos Públicos - LTN	-	-	-	-	17.805
Total	-	-	-	-	17.805

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/12/2015	31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	416.999	915.276	447.165	1.779.440	743.360
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	90.213	132.506	50.393	273.112	130.232
Letras Financeiras - LF	-	-	119.256	119.256	1.787
Total	507.212	1.047.782	616.814	2.171.808	875.379
Circulante				1.554.994	791.071
Longo Prazo				616.814	84.308

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 88% e 104% do CDI (2014 - 50% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,9% a.a. e 17% (2014 - 8,38% a.a. e 12,56% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 88% a 103% do CDI (2014 - 96% e 103%). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA, em 2014 não tínhamos operações com esta natureza.

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 2.528.

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

				31/12/2015	31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	3.570	29.662	-	33.232	36.206
Funcafé - Estocagem	7.877	16.056	-	23.933	11.952
Funcafé - Capital de Giro	4.362	4.190	5.098	13.650	14.977
Total	15.809	49.908	5.098	70.815	63.135
Circulante				65.717	59.232
Longo Prazo				5.098	3.903

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	2º Semestre	31/12/2015	31/12/2014
Despesas De Empréstimos No Exterior	(143.212)	(227.329)	(55.854)
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	(337)	(670)	(580)
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(1.336)	(1.825)	(901)
	(144.885)	(229.824)	(57.335)

16. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

				31/12/2015	31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	33.226	53.140	-	86.366	75.924
Obrigações para empréstimos no exterior	-	361.509	-	361.509	487.086
Total	33.226	414.649	-	447.875	563.010
Circulante				447.875	563.010
Longo Prazo				-	-

O Banco Original realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 1,99% a.a. à 3,43% a.a. As aplicações em TVM no exterior, na sua totalidade, foram dadas em garantia dessa operação.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições a Recolher	19.151	17.762
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.978	944
Impostos e Contribuições sobre Salários	9.322	6.061
Pis	-	344
COFINS	-	2.123
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	6.450	6.030
I.R.- s/ operações de renda fixa	144	20
I.R.- s/ operações de renda variável	636	1.801
IOF - Capital de Giro	458	263
Outros	163	176
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	37.830	16.748
Provisão para Imposto de Renda	22.067	10.948
Provisão para Contribuição Social	15.763	5.800
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	4.187	13.652
Total	61.168	48.162
Circulante	61.168	48.162
Longo Prazo	-	-

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1)	20.714	23.600
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2)	33.759	28.594
Provisão para Outros Créditos (Nota 9.e.2)	-	11
Provisão para Pagamentos a Efetuar	85.251	59.001
Despesas de Pessoal	19.339	14.057
Outras Despesas Administrativas	600	437
Outros Pagamentos	65.311	43.929
Consignados	1	578
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	15.243	13.974
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	342	2.255
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	281	4.595
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	7.471	-
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Obrigações para Operações Vinculadas a Cessão (Nota 9.f)	2.187	105.040
Cretores Diversos - Exterior/País	10.221	9.522
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	773	773
Provisão para Fianças	848	1.226
Outros	133	113
Total	177.323	248.804
Circulante	122.850	196.510
Longo Prazo	54.473	52.294

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que são devidos. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	23.600	22.348
Constituição Líquida de reversão	(2.886)	1.252
Saldo Final	20.714	23.600

Para os processos trabalhistas, foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.434 (31/12/2014 - R\$ 2.779).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Conglomerado contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	28.594	26.033
Constituição Líquida de Reversão	5.165	2.561
Saldo Final	33.759	28.594

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.778 (31/12/2014 - R\$ 5.299).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Processos Trabalhistas	4.479	2.031
Processos Cíveis	30.004	29.079
Total	34.483	31.110

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social de R\$2.130.001 (31/12/2014 - R\$2.103.450) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.912	76.088	2.130.000	2.027.362	76.088	2.103.450
Total	2.053.912	76.088	2.130.000	2.027.362	76.088	2.103.450

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado o aumento de capital social da instituição no valor de R\$ 26.550, mediante a capitalização do JCP e distribuição do lucro, passando a R\$ 2.130.000 (31/12/2014 - R\$ 2.103.450), sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi submetido a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN).

Banco Original do Agronegócio S.A.:

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social de R\$ 109.123 (31/12/2014 - R\$104.015) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	104.015	104.015
Total	109.123	109.123	104.015	104.015

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 5.108, mediante destinação do lucro sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi submetido a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN).

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por LTN e NTN cujo montante é de R\$ (11.264), (31/12/2014 - R\$ (8.179)).

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva de Lucros

Em 31 de Dezembro de 2015 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 269 (2014 - R\$ 123), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente. Em 31 de Dezembro de 2015 foi consumida reserva legal no montante de R\$ 405 (2014 - R\$ 689), constituindo um saldo de R\$ 1.600 (2014 - R\$ 1.736)

c.2) Reserva Estatutária

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve constituição de reserva estatutária.

d) JCP e Dividendos

Banco Original S.A.

Em 31 de dezembro de 2015 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$ 43.000, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$ 36.550 (2014 - 33.150). Sendo que deste montante líquido R\$ 26.550 foi capitalizado pela Companhia (2014 - R\$ 23.149) e R\$ 10.000 será pago ao acionista (2014 - R\$ 10.000). O benefício fiscal reconhecido no resultado foi de R\$ 17.200 (2014 - R\$ 15.600).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Banco Original do Agronegócio S.A.

Em 31 de dezembro de 2015 não foi deliberado JCP. Em 31 de dezembro de 2014, conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas no montante de R\$ 2.351, o qual após retenção de imposto de renda no fonte, à alíquota de 15% na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$1.998, do qual o montante líquido de R\$ 1.010 será pago a J&F e o montante de R\$ 10 será pago para o acionista minoritário, o montante de R\$ 988 foi pago em julho de 2014. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 940.

20. Limites Operacionais

Segundo as regras do Banco Central, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação entre Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%.

O índice de Basileia foi calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro. Em janeiro de 2016, o Banco Central divulgou a Carta Circular 3.748, dispensando as instituições financeiras da remessa do índice de Basileia do Conglomerado Financeiro.

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio de Referência Nível I	1.956.339	2.037.134
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.956.339	2.037.134
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	6.821.406	4.410.010
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	5.850.627	3.433.237
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	474.976	326.921
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	495.803	649.852
Índice de Basileia III e II	28,7%	46,2

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

Em 2015 e 2014 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 11%, e Patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 além de legislação complementar.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em dezembro de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

21. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

a.1) Plano de Saúde

O Conglomerado é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 100 (2014 - R\$ 93).

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	31/12/2015				31/12/2014	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

	31/12/2015				31/12/2014	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original do Agronegócio S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações Ltda. (J&F)	99.000.000	99%	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%	100.000.000	100%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Cessão de Crédito sem retenção substancial de risco (Nota 9.f.1)	-	-	-	2.408
J&F Investimentos S.A.	-	-	-	2.408
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	67.129	60.878	7.207	27.629
JBS S.A. (JBS)	67.129	60.878	7.207	27.629
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	835	-	-
J&F Participações Ltda.	-	835	-	-
Depósito a Vista	(13.148)	(127)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(209)	(16)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(6)	(4)	-	-
Original Promotora Ltda.	(3)	(10)	-	-
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(39)	-	-
Original Asset Management Ltda	(13)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	(2.409)	-	-	-
Vigor Alimentos S.A	(578)	-	-	-
J&F Participações Ltda.	(48)	(24)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(5)	-	-
JBS Promotora	(2)	-	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(7.498)	-	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(2.353)	-	-	-
Depósito a Prazo	(104.109)	(15.278)	(8.508)	(468)
Original Promotora Ltda.	(6.109)	(3.929)	(322)	(19)
J&F Investimentos S.A.	(267)	-	-	-
J&F Participações Ltda.	(25.518)	-	(2.778)	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(4.441)	-	(711)	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.655)	(10.398)	(1.065)	(398)
JBS S.A.	(22.196)	-	(1.196)	-
Seara Alimentos Ltda	(15.136)	-	(136)	-
Vigor Alimentos S.A	(21.645)	-	(2.199)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(334)	(951)	(23)	(51)
Miralta Serviços S.A.	(1.129)	-	(56)	-
Original Asset Management Ltda	(42)	-	(2)	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	(637)	-	(20)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(171)	(2.771)	(9)	(48)
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.288)	-	(6)
Original Asset Management Ltda	(171)	-	(9)	-
Outros ⁽¹⁾	-	(1.483)	-	(42)
JCP a Pagar	(43.000)	(40.200)	(43.000)	(40.200)
J&F Participações Ltda.	(43.000)	(40.188)	(43.000)	(40.188)
Outros	-	(12)	-	(12)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(7.471)	-	-	-
J&F Investimentos S.A. ⁽¹⁾	(3.751)	-	-	-
Miralta Serviços S.A. ⁽²⁾	(3.720)	-	-	-

(1) Refere-se a compra de itens do imobilizado da J&F Investimentos S.A.

(1) Refere-se a capital a integralizar.

22. Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Cobrança e Arrecadações	1.145	1.813	694
Tarifas e serviços bancários	40	54	23
Rendas De Garantias Prestadas	5.230	7.497	1.141
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	6.894	18.923	6.360
Serviço de recebimento e envio de valores	2.813	5.840	7.518
Outras	349	614	1.270
Total	16.471	34.741	17.006

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	(44.819)	(79.321)	(62.493)
Encargos	(14.455)	(24.000)	(20.258)
Benefícios	(5.908)	(10.694)	(6.935)
Outras	(769)	(1.109)	(1.083)
Total	(65.951)	(115.124)	(90.769)

24. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(15.996)	(26.571)	(19.118)
Depreciações e Amortizações	(1.186)	(2.308)	(2.205)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(6.461)	(10.541)	(3.844)
Comunicações	(759)	(1.357)	(1.034)
Processamento de Dados	(9.151)	(18.450)	(13.057)
Aluguéis	(3.537)	(7.493)	(8.986)
Transportes e Viagens	(2.719)	(4.547)	(3.014)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.085)	(1.868)	(362)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.324)	(2.623)	(1.380)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(5.263)	(9.110)	(5.018)
Água, Energia e Gás	(628)	(1.168)	(564)
Material	(388)	(692)	(301)
Indenizações Judiciais Diversas	(1.078)	(1.536)	(1.322)
Despesas Legais e Jurídicas	(1.567)	(2.176)	(1.557)
Desvalorização de outros valores e bens	-	(3.508)	-
Prejuízo na avaliação de valores e bens	(414)	(1.146)	-
Assinaturas de informativos	(910)	(1.069)	(248)
Despesas com registros de títulos e documentos	(849)	(1.145)	(233)
Outras despesas administrativas	(2.578)	(4.665)	(3.981)
Total	(55.893)	(101.973)	(66.224)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com CETIP e Bolsa.

25. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesa com COFINS	(10.384)	(20.912)	(12.866)
Despesa com ISS	(708)	(1.610)	(976)
Despesa com PIS/Pasep	(1.688)	(3.398)	(2.090)
IOF	(16)	(23)	(1)
Outras	(864)	(1.951)	(2.169)
Total	(13.660)	(27.894)	(18.102)

26. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Atualização de Depósitos Judiciais	305	778	1.013
Atualização de Impostos a Compensar	327	1.352	374
Recuperação de Encargos e Despesas	1.703	2.568	856
Juros recebidos	-	-	2.321
Reversão de Provisões Operacionais	901	900	717
Outras Reversões	430	1.002	3.402
Reversão de Provisões Trabalhistas	2.419	2.886	-
Outras Receitas	-	170	-
Total	6.085	9.656	8.683

27. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Provisões Operacionais	(523)	(5.165)	(3.812)
Trabalhistas	-	-	(1.251)
Cíveis	(523)	(5.165)	(2.561)
Outras	-	-	(234)
Indenizações Trabalhistas	(1.453)	(4.407)	(6.361)
Patrocínio projeto audiovisual	(400)	(400)	-
Despesa Intercâmbio cartão Internacional	(2)	(2)	(1)
Total	(2.378)	(9.974)	(10.408)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	-	2
Ganho de venda de BNDU	550	550	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	(857)
Baixa de outros investimentos	-	-	(139)
Contingência ativa (Nota 19a)	-	-	1.348
Reversão Provisão BNDU	-	97	-
Outras Receitas/(Despesas)	4	4	-
Total	554	651	354

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	35.402	56.865
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(2.068)	634
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(42.741)	(145)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(57.021)	9.762
Base de cálculo - CSLL	(9.407)	57.354
Base de cálculo - IRPJ	(23.687)	67.261
CSLL - 20%	25.135	(8.603)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	7.043	(16.423)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	32.178	(25.026)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	32.178	(25.026)

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Conglomerado conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas.

A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's – Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Conglomerado como um todo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado anualmente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Conglomerado e suportam o planejamento de liquidez da Instituição.

As principais variáveis utilizadas pelo Conglomerado para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações nos indexadores e moedas associados à obrigação.

No caso particular em que o cliente é a contraparte do Conglomerado em uma operação de derivativos, avalia-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seus impactos nos instrumentos financeiros.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Conglomerado, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

31. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2015, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R\$ 309.331 (31/12/2014 - R\$189.816), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2015 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos (31/12/2014 - R\$ 451), pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 848 (31/12/2014 - R\$ 1.226).

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2015, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 1.225 (31/12/2014 - R\$ 6.409), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 89 (31/12/2014 - R\$ 370). A Administração do Conglomerado considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2015, o Conglomerado atende todos os índices financeiros.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos e a auditoria interna, e da auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2015.

O Comitê de Auditoria emitiu 17 recomendações ao longo do segundo semestre de 2015. As recomendações foram classificadas em de implantação necessária(8) e de implantação desejável (9). Todas as recomendações de implantação necessária foram aceitas.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2015 das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado Financeiro Original a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 28 de janeiro de 2016.

Comitê de Auditoria

Marcelo Habice da Motta
Márcio Antônio Teixeira Linares
Miguel Burgos Neto